



9ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS

6º Simpósio da Pós-Graduação

COMPREENDENDO A VISÃO DO PATRONATO AGRÍCOLA “VISCONDE DE MAUÁ” SOBRE A EDUCAÇÃO DOS INTERNOS NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

Fernanda S. A. COSTA¹

RESUMO

O presente texto tem por objetivo apresentar parte dos estudos realizados em torno do Arquivo Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes, que é parte integrante da pesquisa “A voz dos esquecidos: compreendendo as vivências dos alunos no patronato e aprendizado agrícola ‘Visconde de Mauá’ na década de 1930”, desenvolvido como um dos desdobramentos do projeto “O Arquivo Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes: recuperação e preservação da história da educação através de documentos escolares”. Os estudos se concentraram em um grupo de documentos do acervo da instituição, entre as décadas de 1920 – 1940, debruçando sobre a forma de trabalho dada aos alunos durante a vigência da denominação Patronato Agrícola “Visconde de Mauá”. Observa-se a rigidez do tratamento uma vez que essas instituições foram criadas com o intuito de promover a educação de menores “abandonados” oriundos de situação de pobreza.

Palavras-chave: História da Educação; Educação Profissional; Patronato Agrícola.

1. INTRODUÇÃO

A educação profissional no Brasil começara a caminhar durante o final do século XIX e início do século XX. Nas primeiras décadas do século XX em meio ao processo de urbanização crescente que observava no país, novas exigências surgiram em torno da qualificação ao trabalhador. É nesse terreno que se inicia o processo de formação de mão de obra qualificada a partir de escolas técnicas. Entretanto cabe ressaltar que junta-se a isso uma outra questão, o crescimento rápido das cidades fez crescer também o abandono, a pobreza e a vadiagem de menores no entorno delas. Este é o terreno que em 1918 são criados os Patronatos Agrícolas, que tinham como objetivo recolher meninos e oferecer educação disciplinar por meio do trabalho rural. O objeto de pesquisa deste texto, o Patronato Agrícola Visconde de Mauá, foi criado nestes moldes, a partir do decreto de lei 12893 de 28/02/1918. O ensino profissional possui uma vertente muito particular e que neste trabalho trataremos, já que o extinto Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” a portava: o ensino agrícola. Esta instituição, que nasceu em 1918 pelo decreto 12.893 no município de Ouro Fino, tinha objetivo de recolher meninos de rua educar por meio do trabalho rural e pela disciplina. Segundo BOEIRA (2012), esses menores eram tidos como uma ameaça para a sociedade se estivessem perambulando pelas ruas e praticando atos mal vistos pela sociedade, sendo que muitos até roubavam para viver. O Patronato Visconde de Mauá deixou de existir em 1932,

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes. e-mail: fer.divasah@gmail.com



9ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS

6º Simpósio da Pós-Graduação

como muitos outros, e se converteu em Aprendizado Agrícola, esta instituição deixou de internar somente meninos abandonados e iniciou um atendimento aos filhos de trabalhadores da região, educando ainda para e pelo trabalho do campo. De acordo com Franco *et al* (2004) “a formação profissional, no Brasil, sempre foi reservada, desde suas origens, às classes menos favorecidas, àqueles que necessitavam se engajar de imediato na força de trabalho...”. Das duas maneiras, assistência ao menor abandonado ou ao filho do trabalhador pobre mostra um modelo que se preocupa com o futuro desses jovens, diferentemente de modelos anteriores, que só se preocupavam em internar:

Os alunos dentro do Patronato “Visconde de Mauá” viviam em um regime de internato. Este é compreendido como um modelo escolar, com práticas educativas próprias, caracterizado pelo isolamento do mundo (controle das saídas, do tempo de férias, entrada de jornais, correspondência, controle de livros e revistas e da intervenção de pessoas estranhas) e pela formação integral através da utilização de uma determinada organização e controle do tempo e do espaço (CONCEIÇÃO, 2012, p.15). A educação que transparecia nas décadas de 1920 e 1930 tinha suas bases calçadas na perspectiva do militarismo e o higienismo. Uma vez que o militarismo era uma proposta de impor disciplina, algo importante dentro de um patronato, já o higienismo tinha um caráter civilizatório, comum na primeira república.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O acervo documental do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes é vasto e nos permite compreender um pouco da vivência dos alunos e como eles eram vistos pela própria instituição. Partindo da análise documental propõe-se neste trabalho analisar o documento intitulado “Regimento Disciplinar do Patronato Agrícola ‘Visconde de Mauá’”, criado em 1925, buscando-se compreender a partir do contexto histórico, como se dava a organização disciplinas dos alunos, bem como reconstituir-se a visão dos dirigentes sobre o aluno e seu papel.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Regimento Disciplinar do Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” regulamentava as práticas do ensino. A disciplina foi o pilar do ensino, assim essa proposta advém do ato dito que geralmente os meninos internos no local eram considerados de má índole. Isto nos leva a pensar que



9ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS

6º Simpósio da Pós-Graduação

os dirigentes fizeram do local e suas regras muito semelhantes à de um quartel militar, não se preocupando com a real educação dos menores, como pode ser observado na fig. 1 artigo 2, o qual a ênfase é dada às proibições, apenas com a repreensão e o trabalho.

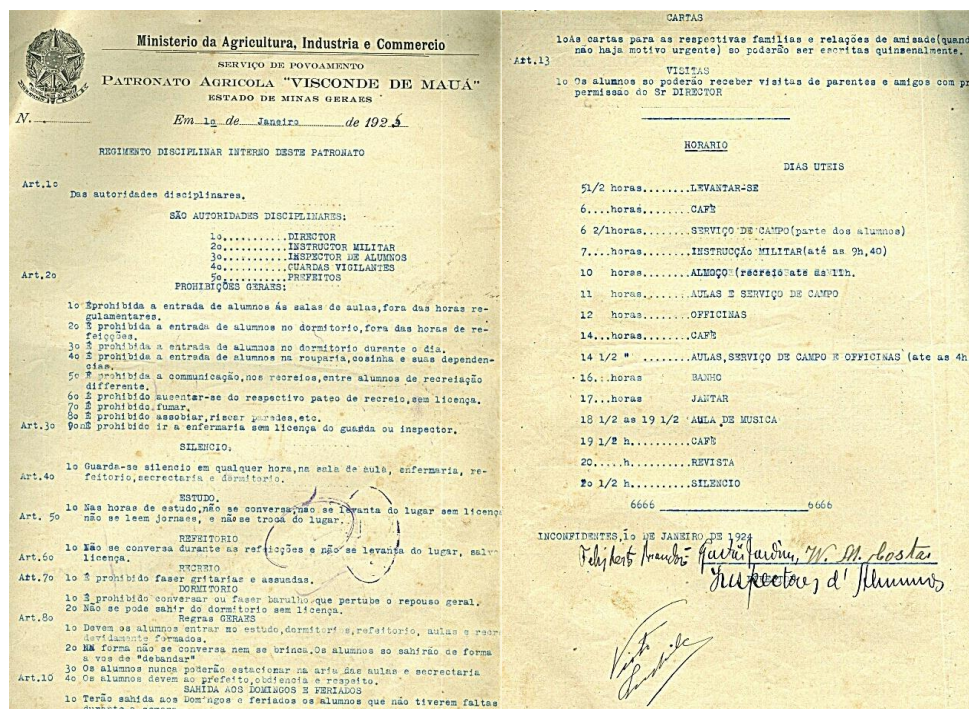


Figura 1 – Regimento disciplinar deste Patronato. 1925. Acervo IFSULDEMINAS – Inconfidentes.

Daniel Boeira mostra exatamente o que está sendo tratado neste documento, em que o método educativo era baseado resumidamente na regeneração moral e, como vemos em nosso objeto de estudo, por meio da disciplina. A “disciplina, usada como força motriz, amparada nas características da melhora física e mental das futuras gerações brasileiras, amplificaria o padrão seguido pelos moldes higienistas, a fim de formar sujeitos fortes, robustos e saudáveis” (BOEIRA, 2012, p. 93). Entre as proibições observa-se que os alunos não tinham nem a autonomia de decidir onde ir, já que estavam proibidos de ir à determinadas instalações da instituição fora de seus horários pré-determinados. Nada podia ser feito sem permissão, como vemos na figura 1, muitas ações deveriam ter permissão do inspetor responsável, o que nos revela um ambiente autoritário. O silêncio era ordem na maioria do dia do aluno, não permitindo a eles um desenvolvimento de capacidades para além do trabalho braçal. Nesse regime de internato os dirigentes exigiam que eles ficassem inclusive retidos nos feriados caso não tivessem o comportamento desejado, prezando a



9ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS

6º Simpósio da Pós-Graduação

moral dos mesmos:

“O método educativo aplicado nos patronatos agrícolas do país era baseado na educação cívica, física e moral. A educação cívica tinha o objetivo de despertar no aluno o sentimento patriótico às instituições republicanas. A educação física traria ao aluno a prática da higiene, associada aos exercícios ginásticos. Por último, e não menos importante, a educação moral, que repetiria fórmulas morais” (BOEIRA 2012, p. 82)

Observa-se na figura a existência de um cronograma de atividades, no qual vê-se que as crianças eram tratadas como adultos, acordavam antes do dia amanhecer – às 5:30 – e tinham serviços no campo mais de uma vez ao dia, lembrando-nos do ideal de trabalhar para educar. Franco *et al* (2004) nos revela que isto era necessário neste tipo de ensino, já que os alunos deveriam, após o desligamento, se tornar uma força de trabalho. Eles passavam por uma revista diária, nos relembrando o regime de internato tratado como prisão, já que estes menores eram geralmente casos de polícia neste momento histórico.

4. CONCLUSÕES

Em vista do exposto, no período em que o regimento foi elaborado, 1925, possuía-se uma série de regras que mostravam que a disciplina era provavelmente um dos itens mais importantes no que diz respeito a educação dos internos. O comportamento dos estudantes era moldado a fim de serem regenerados para voltarem à sociedade após sua formação. Esta formação era voltada para o trabalho, a ponto de os alunos executarem serviços do campo tal qual uma jornada de trabalho de um adulto.

REFERÊNCIAS

- BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a minoridade na primeira república: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/sc (1918-1930)**. Dissertação de Mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2012. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/482/daniel_alves_boeira.pdf> Acesso em: 4 ago 2017.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal da Bahia. 2012, Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13349>> Acesso em 3 ago 2017.
- FRANCO, Maria Laura P.; PARDAL, Luis; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Autores Associados. PUC/SP. 2004.
- NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. Anais. Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju -SE. 2008.